

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.782.009 - SP
(2018/0313505-9)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
EMBARGANTE : RODRIGO CAWAN VITAL GONCALVES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por RODRIGO CAWAN VITAL GONCALVES contra decisão de minha lavra que indeferiu liminarmente os embargos de divergência em recurso especial (e-STJ fls. 515/522).

Nos presentes embargos de declaração, a defesa alega que a decisão embargada é omissa quanto aos seguintes pontos: a) não se discutiu propriamente a aplicação de regra técnica de conhecimento do recurso especial; b) impossibilidade de a denúncia ser, por si só, suficiente para mitigar o princípio da inviolabilidade de domicílio; c) "para o acórdão da 5ª Turma é suficiente a permanência do crime para que se justifique a relativização da garantia da inviolabilidade do domicílio, já o acórdão paradigma da 6ª Turma entendeu que este posicionamento deveria ser revisto, sendo necessária a comprovação das fundadas razões, da previsibilidade do delito, alinhando-se ao entendimento do STF manifestado no RE 603.616" (e-STJ fl. 532); e d) "a questão da autorização dos moradores é bastante controversa, tendo em vista que o embargante morava em um cômodo separado da casa e em momento algum autorizou a entrada dos policiais" (e-STJ fl. 533).

Pugna, assim, para que sejam devidamente sanadas as mencionadas omissões e que sejam admitidos e providos os embargos de divergência.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração, consoante disposição do art. 619 do Código de Processo Penal, destinam-se a sanar possível ambiguidade, obscuridade, contradição e/ou omissão nas razões delineadas no corpo da decisão, em face das pretensões deduzidas e dos demais elementos constantes do processo.

Superior Tribunal de Justiça

A decisão embargada analisou, com a devida fundamentação e clareza, nos limites necessários e possíveis à solução da lide, todas as questões submetidas, tendo expressamente consignado que: a) não há divergência entre as Turmas que compõem a Terceira Seção do STJ quanto à tese de que o ingresso regular de domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental de inviolabilidade de domicílio; b) no caso dos autos, a Quinta Turma entendeu que a existência de denúncia anônima devidamente registrada, bem como a anuência de parentes para a entrada dos agentes de segurança, seria suficiente para justificar a entrada no domicílio do acusado de praticar tráfico ilícito de drogas; c) a questão relativa ao fato de o acusado morar em um cômodo separado da casa, e, portanto, a entrada não poder ser autorizada por parentes, não foi analisada pelo acórdão embargado, em razão da incidência do óbice da Súmula n. 7/STJ; e d) não se admitem embargos de divergência para discutir acerto ou desacerto da aplicação de regra técnica de conhecimento de recurso especial.

Desse modo, não há que se falar em omissão na decisão.

Percebe-se, isto sim, que há uma insatisfação da parte quanto ao resultado do julgamento e a pretensão de modificá-lo por meio de instrumento processual nitidamente inábil à finalidade almejada.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator